

## Mesa da Assembleia Geral

### Ata da Assembleia Geral Ordinária de 19/03/2016

Ao décimo nono dia do mês de março de dois mil e dezasseis, reuniu-se pelas dez horas, nas instalações da Associação FCMP-Escola Profissional, sita na Rua das Quintas, Quinta da Conceição, 2829-508 Monte da Caparica, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Tendo a Mesa sido avisada que o Companheiro Ilídio Espada não estaria presente nesta assembleia, foi necessário cooptar, dentro dos Delegados presentes, um substituto e assim completar a composição da Mesa que iria orientar os trabalhos. Foi convidado o Companheiro António Carlos Pereira, Delegado eleito pelas associadas em representação do Conselho Regional Centro Norte. Não tendo havido qualquer oposição a este convite a Mesa ficou constituída pelos Companheiros Armando Gonçalves que presidiu e pelos Companheiros António Sousa e António Carlos Pereira.

O Presidente ausculta a Assembleia se estando todos os Delegados em posse prévia das atas em votação poderia ser dispensada a sua respetiva leitura. Não havendo nenhum Delegado que se opusesse foram estas postas à votação e aprovadas por unanimidade.

Ainda dentro deste período, o Presidente da mesa da AG deu conhecimento da receção de um mail em que o Companheiro Rui Narciso, membro da Comissão de Autocaravanismo da FCMP, apresenta as razões pelas quais entendeu pedir a demissão dessa Comissão.

Também informou da receção de uma comunicação escrita do Companheiro Eduardo Pinto da Costa, eleito pelos Praticantes do Conselho Regional Norte, com a justificação da ausência nesta Assembleia Geral por motivos de saúde. Em complemento a esta justificação apresenta ainda, o Companheiro razões pelas quais entende ser o momento para apresentar a demissão da função de Delegado, a partir desta data. Atendendo às razões apresentadas entendeu o Presidente da Mesa da AG aceitar o pedido de demissão de acordo com o estatutariamente previsto. Perante este facto, o Presidente da Mesa informou que, por ser esta, previsivelmente, a última Assembleia Geral deste mandato, o processo de substituição do Delegado só seria acionado se tal se afigurasse necessário, isto é, se for precisa a intervenção dos delegados em algum assunto, por exemplo se houver uma Assembleia Geral Extraordinária no decorrer do presente mandato.

Tendo sido convidado e estando presente, o jurista da Federação, solicitou o Presidente da Mesa depois de ouvidos os Delegados presentes, a sua opinião, sobre o raciocínio acima descrito, dizendo o referido jurista que não encontrava motivo para que não fosse esse procedimento até porque ia ao encontro do previsto no artigo 47º do Estatuto da Federação. O entendimento do Presidente da Mesa não recebeu qualquer oposição da Assembleia.

Passada a fase da leitura da correspondência recebida pela Mesa, o seu Presidente informou que, de acordo com o previsto estatutariamente, encontrando-se a Federação em ano eleitoral, a Comissão Eleitoral, a que preside, tinha tido a sua primeira reunião no dia de ontem, dezoito de março, na qual foi definida uma versão provisória do calendário para a eleição dos diversos Órgãos Estatutários e dos Conselhos Regionais e ainda para as respetivas tomadas de posse. Deu conhecimento dessa versão provisória, dizendo que a versão definitiva será publicada na página de internet da FCMP e enviada aos Conselhos Regionais e aos membros dos Órgãos Estatutários, sem prejuízo de publicitação por outros meios.

A Comissão Eleitoral, com base no número de licenças desportivas registadas pela Federação, que serão objeto de ratificação posterior, definiu a distribuição de Delegados, eleitos pelas filiadas, a que cada uma das Regiões do Continente terá direito. Assim, Região Norte - dois Delegados, Região Centro Norte - três Delegados, Região Centro Sul - dois Delegados, Região de Lisboa - nove Delegados e Região Sul - três Delegados. O número de Delegados referente às restantes Regiões e o dos Delegados eleitos em representação de Praticantes, Técnicos Árbitros e Juizes, está definido no Estatuto e no Regulamento Eleitoral.

Foi ainda recomendado, que a publicitação do calendário definitivo ocorra, tão rápido quanto possível, no sítio da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Depois de dada toda esta informação a Mesa informou que havia dezoito Delegados na sala, pelo que se registava quórum e o Presidente da Mesa, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, passou à leitura da respetiva ordem de trabalhos:



## Mesa da Assembleia Geral

Ata da Assembleia Geral Ordinária de 19/03/2016

1 – Apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas relativos a 2015;-----

2 – Ratificação do apuramento do número de licenças desportivas válidas e do número de licenças desportivas válidas por referência a cada região do continente, e do número de votos de cada filiada, com base nos resultados registados na FCMP, em 31 de dezembro de 2015;-----

3 – Análise do funcionamento interno da FCMP;-----

4 – Trinta minutos para tratar de assuntos com interesse para a vida associativa.-----

Depois de lida a ordem de trabalhos o Presidente da Mesa convidou a Direção a apresentar o respetivo Relatório e Contas do ano de 2015, tendo tomado a palavra o Presidente da Direção Companheiro João Queiroz que resumidamente apresentou a diversa atividade desenvolvida e os objetivos alcançados. Salientou ainda a necessidade de se fazer um aditamento ao relatório apresentado salientando, por fim, o saldo final positivo conseguido, invertendo a tendência de anos anteriores. Não deixou de referir a acentuada quebra de receitas nomeadamente a resultante da emissão das Licenças Desportivas, que foram, no entanto, colmatadas pela diminuição das despesas e o aumento da receita de exploração dos parques administrados pela Federação.-----

Pronunciou-se, sobre a momento vivido pelo Autocaravanismo, que considerou de errático, informando a Assembleia de ações desenvolvidas junto de várias entidades para delinear uma estratégia de regulação da atividade.-----

Para apresentação das Contas usou da palavra o Vice-Presidente da Direção Companheiro Paulo Sousa salientando que, após resultados negativos verificados nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, o exercício de 2015 apresenta um resultado positivo de 3.361€, resultado da contenção e disciplina usada, que para além do mais, poderá perspetivar um virar de sentido na vida da Federação, até porque o valor previsto no Orçamento aprovado para 2015 previa um resultado negativo de aproximadamente de 50000€.-----

Acrescentou ainda, sobre os resultados, que tal só foi possível face à diminuição das despesas em 7,4% e ao aumento da receita em 3,6%, não deixando de alertar para o desequilíbrio existente entre a receita proveniente da exploração dos Parques e a das Licenças Desportivas.-----

Após estas intervenções, o Presidente da Mesa abriu espaço à discussão dos documentos, pelo que deu a palavra aos Delegados que entenderam solicitar esclarecimentos.-----

Iniciou este período o Companheiro Adélio Costa, salientando a preocupante diminuição da receita, oriunda da emissão das licenças desportivas.-----

Questionando a Direção sobre os encargos mensais da Federação em prémios de seguros e sobre a restituição da verba de 30.449€.-----

De seguida interveio o Companheiro Delegado António Sousa, que iniciou a sua intervenção congratulando-se com o resultado positivo do exercício.-----

Sobre a expressão utilizada em anterior intervenção do Presidente da Direção, considerando o Autocaravanismo em *momento errático*, entendia que: tendo-se verificado, entre abril do passado ano e o presente momento, a demissão por razões muito idênticas, de três dos quatro elementos que integravam a Comissão Executiva, da Comissão de Autocaravanismo da Federação, deveria ser sinal bastante, para que a Direção da Federação se questionasse e tentasse verificar onde estava o erro, se no Autocaravanismo ou se no seio da Federação.-----

Lamentou o facto de não encontrar grande valia no acordo existente entre a Federação e a gasolinera BP, que, a seu ver, poucas vantagens propicia aos titulares de Licença Desportiva. Questionou também a Direção da FCMP sobre a atividade desenvolvida, pela Comissão de Autocaravanismo, realçando que o trabalho efetuado tinha ficado muito aquém daquilo a que se tinha proposto, acrescentando ainda, não encontrar explicação para o facto de não estar publicado na página na internet o projeto orientador para construção de uma área de serviço para autocaravanas, aprovado em reunião da Comissão de Autocaravanismo, assim como, o silêncio existente, sobre uma orientação saída do encontro de Salvaterra de Magos, em que se acordou numa reunião entre a Federação e o Automóvel Clube de Portugal, a fim de se coordenar estratégias, para que junto de Entidades Oficiais se esclarecesse o conceito acampar/estacionar, matéria por ventura mais problemática nas relações entre os autocaravanistas e a autoridade reguladora do trânsito no país. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre o anunciado acordo entre a Federação e "Portugal Tradicional". Por último alertou para o facto de o selo



## Mesa da Assembleia Geral

Ata da Assembleia Geral Ordinária de 19/03/2016

das licenças desportivas não estarem a chegar dentro do prazo previsto de cinco dias, conforme tinha sido prometido, invocando para tal, o seu próprio caso, já que passados quinze dias sobre o pedido de revalidação da Licença, ainda não tinha recebido o comprovativo.-----

Às questões colocadas pelos Delegados responderam, o Vice-Presidente da Direção, companheiro Paulo Sousa indicando o valor de aproximadamente 4025€ mensais relativamente aos encargos com seguros. Sobre o prazo da entrega dos selos comprometeu-se a verificar o motivo e a extensão da inconformidade. Quanto ao acordo com a BP lembrou que existem vantagens óbvias que podem ser usufruídas pelos detentores da licença desportiva, como sendo o desconto imediato de 6 cêntimos por litro.-----

-Tomou a palavra o Presidente da Direção para esclarecer que o uso da expressão *momento errático*, se devia a variadas tendências externas e internas, existentes no seu seio do autocaravanismo. Sobre a não publicitação do projeto no site da Federação referiu que tal acontecia por ter sido alvo de pressões havidas, por parte de algumas filiadas, que viam nessa publicitação uma promoção a locais que de alguma forma contrariavam seus objetivos. No entanto, sempre que alguém solicitava informação sobre o assunto, os serviços da Federação disponibilizavam-na.-----

Para complementar as respostas dadas pela Direção, pediu a palavra o Vice-Presidente Jaime Santana para informar que depois de contactos com o projeto "Portugal Tradicional" foi-lhe comunicado que o protocolo previsto teria que aguardar melhor ocasião, tendo ficado combinado que contactariam a Federação logo que considerassem oportuno. Portanto, a Federação aguarda contacto.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa solicitou ao Companheiro Carlos Correia, que em representação do Conselho Fiscal, procedesse à leitura do parecer do respetivo Conselho, sobre o Relatório e Contas do exercício em análise. Após a leitura, passou-se à votação do Relatório e Contas tendo ambos os documentos registando-se uma abstenção e dezassete votos favoráveis, pelo que esses documentos foram aprovados por maioria.-----

Passou-se então à análise do ponto dois da ordem de trabalhos. Os quadros fornecidos pela Direção, relativos ao número de Licenças Desportivas, só foram questionados quanto ao número de portadores de Licenças menores, que, por o serem, deveriam ser tidos em conta ou não para efeitos de votação. O Presidente da Mesa que em simultâneo também é Presidente da Comissão Eleitoral observou que esse assunto iria ser objeto de análise da referida Comissão. Esclarecida a situação e não havendo mais nenhuma questão passou-se à votação tendo as listagens sido ratificadas por unanimidade.-----

Entrou-se de seguida no ponto três da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Mesa pedido ao Presidente da Federação que iniciasse a discussão, visto que o pedido para a inclusão deste ponto da ordem de trabalhos tinha sido feito pela Direção. O Presidente Carlos Queirós começou a sua intervenção afirmando que encontrou duas "federações". Uma que tratava dos assuntos associativos e uma outra para os assuntos contabilísticos. Ora houve necessidade de alterar a situação integrando serviços de modo a integrá-los naquilo que era possível e dispensar atos que eram processados pelas associadas. No passado ano, ano de transição, foi muito complicado, pois, as alterações efetuadas não foram, por alguns, compreendidas e geraram alguns conflitos, entretanto ultrapassados. Devido às alterações ocorridas, alteraram-se as regras de revalidação das Licenças, medida que foi de início estranha para algumas coletividades, mas felizmente têm sido entendidas, podendo neste momento referir que só uma associada é que continua renitente quanto à mudança operada, não existindo necessidade de se mudarem as regras operadas, até porque vamos entrar num processo eleitoral que embora sabendo que este ano se teria que realizar, prevíamos que o seu calendário só se concretizaria nos últimos meses do ano. Vamos ter já no próximo mês de Julho o Encontro Internacional da FICC, que como é de prever nos levanta questões de preocupação acrescida, quer de trabalho quer de logística. Para além do referido há ainda várias associadas que não tendo o seu plano fechado continuam a solicitar ajuda à Federação para a realização de variadíssimas atividades. Acrescentou ainda que estamos a tratar também, com carácter de urgência, da iniciação de um curso de treinadores. Salientou, também, a contenção que temos tido necessidade de fazer, as mudanças referidas quer na estrutura da Federação, quer no seu modo de funcionamento, que provocam grande afluxo de trabalho aos nossos colaboradores, sendo que, sem o esforço de todos não teria sido possível operar tantas mudanças em



## Mesa da Assembleia Geral

Ata da Assembleia Geral Ordinária de 19/03/2016

tão pouco tempo, realçando que as críticas dirigidas ao Diretor Geral são injustas, até porque está perfeitamente consciente do esforço que este colaborador tem desenvolvido, com prejuízo da sua vida particular.

Ciente de que nem tudo o que foi prometido foi realizado e do muito que ainda há para fazer, deveria revelar desde já, que é seu propósito, candidatar-se a novo mandato, tendo para tal já dado a conhecer a sua decisão aos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e de Disciplina, a alguns presidentes de Clubes, assim como aos Vice-Presidentes que o têm acompanhado neste mandato.

Terminada a intervenção, o Presidente da Mesa deu mais uma informação relativa ao processo eleitoral, esclarecendo que continua a ser seu entendimento, baseado na sua interpretação do nº 1 do artigo 32º e nº 2 do artigo 33º do decreto-lei 93/2014, que a apresentação de listas pelo candidato a Presidente da FCMP deve ser feita a todos os Órgãos da Federação. No entanto, o parecer requerido ao IPDJ, inclina-se para a conclusão de o referido candidato não ser obrigado a apresentar listas de Delegados à Assembleia Geral. O Presidente da Mesa manifestou a sua opinião sobre este tema na passada Assembleia Geral, tendo dito, também nessa reunião, que respeitaria parecer, eventualmente contrário à sua interpretação da lei, emitido por entidade oficial sobre este tema. Em cumprimento da palavra dada nessa Assembleia Geral, o Presidente da Mesa, que preside também à Comissão Eleitoral, irá respeitar e seguir as conclusões contidas no parecer referido. Entretanto, o Companheiro João Queirós voltou a usar da palavra afirmando que obviamente respeita e acata essa decisão da Comissão Eleitoral que acabava de ser anunciada pelo seu Presidente. Disse ainda que, independentemente do que outros eventuais candidatos possam vir a fazer, irá tentar, embora tal não seja obrigatório no que respeita aos Delegados à Assembleia Geral, apresentar listas a todos os Órgãos.

Para além de alguns pedidos de esclarecimento sobre as informações prestadas na intervenção do Presidente da FCMP que antecedeu a do Presidente da Mesa, foi solicitada à Direção a esclarecer sobre: o modo de funcionamento do acordo com a BP, fundamentalmente no que concerne ao fornecimento de dados dos titulares de Licenças Desportivas; qual a situação da sala pertença da Federação onde se realizavam as anteriores reuniões já se encontra alugada? Em que situação está a Escola Profissional? Que resposta para a quebra de emissões de Licenças, principalmente nos grandes Clubes?

Depois destas questões foi dada a palavra à Direção para esclarecer os Delegados. Assim, relativamente à BP, foi indicado que não foi transmitida à empresa quaisquer dados, que colocassem em causa a privacidade dos titulares de Licenças Desportivas. Quanto à sala, já se encontra alugada desde o início do ano. A Escola Profissional está homologada e autorizada, estando-se a ultimar os trabalhos de limpeza e restauro necessários para que a inspeção faça a vistoria e se dê começo aos cursos que irão ser ministrados. Quanto à quebra na emissão das Licenças, prende-se com atitudes internas dos Clubes que estão identificadas, umas por capricho e retaliação, outras porque entenderam passar a não obrigar os utentes nos parques a serem titulares de Licenças, deste modo facilitando financeiramente vida aos seus associados. Acrescenta ainda a Direção, que neste último ponto, os sinais embora ténues, vão no sentido de um aumento na emissão e revalidação de licenças, fruto de mudanças operadas na gestão e procedimento de algumas associadas.

Voltaram alguns Delegados a opinar sobre a necessidade de se programar um congresso sobre o Campismo, sendo que a recomendação que foi transmitida, foi a da possibilidade de se fazer um colóquio, porque, ao contrário de um congresso, exigiria uma logística mais simples. Ainda neste ponto da ordem de trabalhos e contrariando a ideia de que só uma associada estaria renitente quanto ao processo de revalidação instaurado no corrente ano, o Delegado eleito pelo Conselho Regional Centro Norte, pelas Associadas, António Carlos Pereira apresentou uma recomendação (Doc. Nº 1) à Direção, que disse resultar do entendimento não de uma mas de diversas associadas e que se junta, em anexo, para que faça parte integrante desta ata.

Passado este tema, deu-se seguimento aos trabalhos entrando-se no último ponto da ordem de trabalhos. Foi então sugerido, como forma de se conseguirem outros proventos, que se procedesse a homologação de equipamentos para apoio às diversas atividades tuteladas pela Federação. Como forma de valorização das Licenças Desportivas, se instituísse um documento, onde fosse possível registar as atividades de cada um dos seus portadores, deste modo, seria possível enriquecer o curriculum de cada

## Mesa da Assembleia Geral

### Ata da Assembleia Geral Ordinária de 19/03/2016

titular de Licença. Foi ainda proposto que se procedesse à execução de manual, de modo a facilitar, nomeadamente aos Conselhos Regionais, o processo eleitoral.

Pediu a palavra o Delegado António Sousa, eleito, em representação das Associadas, pelo Conselho Regional Norte, para prestar a seguinte declaração: Alicerçado na experiência de mais de quinze anos, como delegado às Assembleias Gerais da Federação, sendo que nos últimos doze desempenhou as funções de Secretário da Mesa da Assembleia Geral, conhecedor, quer do atual desempenho dos Delegados em exercício, mas também dos que compunham as Assembleias anteriores, não podia deixar de contrariar a opinião de alguns Presidentes de Associadas, que consideravam a atual composição da Assembleia como pouco interventiva e pouco conhecedora do Movimento Associativo. Tal facto advinha, em sua opinião, de se terem passado a tratar de assuntos de interesse geral em prejuízo de particulares como muitas vezes aconteceu no passado. Isto acontecia pois, no passado, os Delegados não eram mais do que defensores, em primeira mão, dos interesses das coletividades que representavam, ao contrário dos de agora que eram representantes de um coletivo muito mais amplo que o seu próprio Clube. Aproveitou para se despedir, agradecendo o apoio e a colaboração recebida no desempenho das funções para o qual o tinham escolhido.

A terminar o Presidente da Mesa, que tal como o Companheiro Sousa é "veterano" nestas andanças, aproveitou o ensejo para subscrever a declaração anterior. Ciente de que até ao final do ano ainda lhe esperava muito trabalho, não podia deixar de salientar:

1. o orgulho que teve em ter trabalhado com todos,
2. a grande colaboração que todos lhe prestaram para o melhor desempenho possível das funções que para as qual os Delegados o tinham elegido,
3. a honra e a responsabilidade de ter ocupado um lugar pelo qual passaram grandes vultos da FCMP,
4. a confiança nele depositada pelos Delegados e o respeito que todos por ele tiveram em todas as sessões da Assembleia Geral,
5. o ambiente dialogante e calmo que caracterizou as diversas sessões da Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente da Mesa como encerrados os trabalhos, pelas treze horas Monte da Caparica, 19 de março de 2016

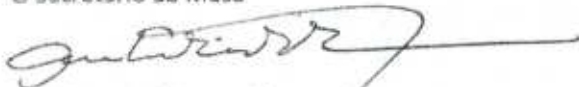
A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente da Mesa



Armando Duarte da Silva Gonçalves

O Secretário da Mesa



António Maria de Sousa e Silva

O Secretário da Mesa

António Carlos Correia Pereira